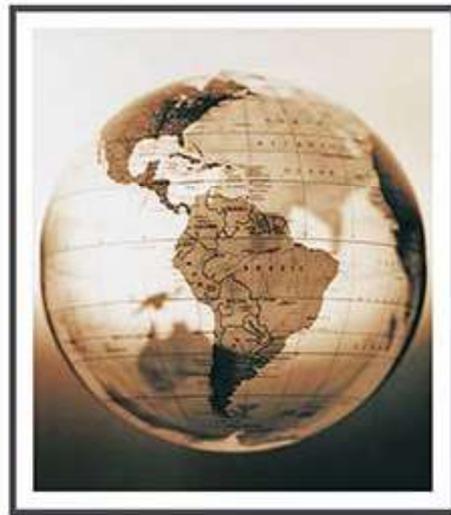


SEXTA EDIÇÃO

ECONOMIA

MICRO E MACRO



Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos

ECONOMIA

MICRO E MACRO

- TEORIA E EXERCÍCIOS
- GLOSSÁRIO COM OS 300 PRINCIPAIS CONCEITOS ECONÔMICOS



O GEN | Grupo Editorial Nacional, a maior plataforma editorial no segmento CTP (científico, técnico e profissional), publica nas áreas de saúde, ciências exatas, jurídicas, sociais aplicadas, humanas e de concursos, além de prover serviços direcionados a educação, capacitação médica continuada e preparação para concursos. Conheça nosso catálogo, composto por mais de cinco mil obras e três mil e-books, em www.grupogen.com.br.

As editoras que integram o GEN, respeitadas no mercado editorial, construíram catálogos inigualáveis, com obras decisivas na formação acadêmica e no aperfeiçoamento de várias gerações de profissionais e de estudantes de Administração, Direito, Engenharia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Educação Física e muitas outras ciências, tendo se tornado sinônimo de seriedade e respeito.

Nossa missão é prover o melhor conteúdo científico e distribuí-lo de maneira flexível e conveniente, a preços justos, gerando benefícios e servindo a autores, docentes, livreiros, funcionários, colaboradores e acionistas.

Nosso comportamento ético incondicional e nossa responsabilidade social e ambiental são reforçados pela natureza educacional de nossa atividade, sem comprometer o crescimento contínuo e a rentabilidade do grupo.

MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS
Professor da FEA-USP

ECONOMIA

MICRO E MACRO

- TEORIA E EXERCÍCIOS
- GLOSSÁRIO COM OS 300 PRINCIPAIS CONCEITOS ECONÔMICOS

6ª EDIÇÃO



© 2000 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2000; 2. ed. 2001; 3. ed. 2002;
4. ed. 2006; 5. ed. 2011; 6. ed. 2015

Cromo da Capa: AGB Photo Library
Composição: Set-up Time Artes Gráficas
Produção digital: Geethik

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval de
Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais
conceitos econômicos / Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 6. ed. – São
Paulo: Atlas, 2015.

ISBN 978-85-97-00202-7

1. Economia 2. Economia – Problemas, exercícios etc. 3. Macroeconomia 4.
Microeconomia I. Título.

99-5493
CDU-339
-338.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Macroeconomia 339
2. Microeconomia 338.5

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº
9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de
2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

*Dedico este livro à minha esposa Ana,
a meus filhos e netos.*

SUMÁRIO

Prefácio

PARTE I – INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1 Introdução à Economia

- 1 Conceito de economia
- 2 A questão da escassez e os problemas econômicos fundamentais
- 3 A questão da organização econômica – sistemas econômicos
 - 3.1 Funcionamento de uma economia de mercado
 - 3.1.1 Sistema de concorrência pura (mercado perfeitamente competitivo)
 - 3.1.2 Sistema de mercado misto: o papel econômico do governo
 - 3.2 Funcionamento de uma economia de planejamento central ou economia centralizada
 - 3.3 Sistemas econômicos: síntese
- 4 Curva (ou fronteira) de possibilidades de produção – o conceito de custos de oportunidade
 - 4.1 Conceito de custos de oportunidade
 - 4.2 Formato da curva CPP
- 5 Análise positiva e análise normativa
- 6 A relação da economia com as demais ciências
- 7 Divisão do estudo econômico

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice: Um breve retrospecto da evolução da teoria econômica

PARTE II – MICROECONOMIA

2 Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado

- 1 Fundamentos de microeconomia
- 2 Divisão dos tópicos de microeconomia
- 3 Análise da demanda de mercado
 - 3.1 Definição de demanda
 - 3.2 Fundamentos da teoria da demanda
 - 3.2.1 Valor utilidade e valor trabalho
 - 3.2.2 Noções sobre teoria do consumidor: os conceitos de curva de indiferença, reta orçamentária e equilíbrio do consumidor
 - 3.3 Variáveis que afetam a demanda
 - 3.3.1 Relação entre a quantidade demandada e o preço do próprio bem
 - 3.3.2 Relação entre quantidade demandada e preços de outros bens e serviços
 - 3.3.3 Relação entre demanda de um bem e renda do consumidor (R)
 - 3.3.4 Relação entre demanda de um bem e hábitos dos consumidores (G)
 - 3.3.5 Resumo
 - 3.4 Curva de demanda de mercado de um bem ou serviço

- 3.5 Observações adicionais sobre a demanda
- 3.6 Exercícios sobre demanda de mercado
- 4 Análise da oferta de mercado
 - 4.1 Definição de oferta
 - 4.2 Variáveis que afetam a oferta de um bem ou serviço
 - 4.3 Curva de oferta de mercado de um bem ou serviço
 - 4.4 Observações sobre a oferta de um bem ou serviço
- 5 O equilíbrio de mercado
 - 5.1 O equilíbrio de mercado de um bem ou serviço
 - 5.2 Mudanças no ponto de equilíbrio, em virtude de deslocamentos da oferta e da demanda
 - 5.3 Exercícios sobre equilíbrio de mercado

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

3 Elasticidades

- 1 Conceito
- 2 Elasticidade-preço da demanda
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 Classificação da demanda, de acordo com a elasticidade-preço
 - 2.3 Fatores que afetam a elasticidade-preço da demanda
 - 2.3.1 Disponibilidade de bens substitutos
 - 2.3.2 Essencialidade do bem
 - 2.3.3 Importância relativa do bem no orçamento do consumidor
 - 2.3.4 Horizonte de tempo
 - 2.4 Formas de cálculo
 - 2.5 Interpretação geométrica da elasticidade-preço da demanda
 - 2.6 Relação entre receita total do vendedor (ou dispêndio total do consumidor) e elasticidade-preço da demanda
 - 2.7 Observações adicionais sobre elasticidade-preço da demanda
- 3 Elasticidade-preço cruzada da demanda
- 4 Elasticidade-renda da demanda
- 5 Elasticidade-preço da oferta
- 6 Exercício sobre elasticidades

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice matemático

4 Aplicações da Análise Microeconômica em Políticas Públicas

- 1 Introdução
- 2 Incidência de um imposto sobre vendas
 - 2.1 Introdução
 - 2.2 Efeito de um imposto de vendas sobre o equilíbrio de mercado
 - 2.2.1 Imposto específico
 - 2.2.2 Imposto *ad valorem*
 - 2.3 Incidência do imposto
 - 2.4 O “peso morto” do imposto
 - 2.5 Incidência do imposto e as elasticidades-preço da oferta e da demanda
- 3 Fixação de preços mínimos na agricultura
- 4 Externalidades
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Externalidades no consumo

- 4.3 Externalidades na produção
- 4.4 Teorema de Coase
- 5 Bens públicos e recursos comuns
 - 5.1 Bens públicos
 - 5.2 Bens ou recursos comuns

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice matemático: Incidência de um imposto sobre vendas

5 Produção

- 1 Introdução
- 2 Conceitos básicos
 - 2.1 A escolha do processo de produção
 - 2.2 Função de produção
 - 2.3 Distinção entre fatores de produção fixos e variáveis e entre curto e longo prazos
- 3 Produção com um fator variável e um fixo: uma análise de curto prazo
 - 3.1 Conceitos de produto total, produtividade média e produtividade marginal
 - 3.1.1 Produto Total (PT)
 - 3.1.2 Produtividade média
 - 3.1.3 Produtividade marginal
 - 3.2 Lei dos rendimentos decrescentes do fator
- 4 Produção a longo prazo
 - 4.1 Isoquantas de produção
 - 4.2 Conceito de economias de escala
 - 4.2.1 Rendimentos crescentes de escala
 - 4.2.2 Rendimentos decrescentes de escala
 - 4.2.3 Rendimentos constantes de escala

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

6 Custos de Produção

- 1 Introdução
- 2 Diferenças entre a visão econômica e a visão contábil-financeira dos custos de produção
 - 2.1 Custos de oportunidade *versus* custos contábeis
 - 2.2 Custos privados *versus* custos sociais: as externalidades
 - 2.3 Custos *versus* despesas
- 3 Custos a curto prazo
 - 3.1 Conceitos de custo total, custo variável total e custo fixo total
 - 3.2 Conceitos de custo total médio, custo variável médio e custo fixo médio
 - 3.3 Conceito de custo marginal
 - 3.4 Relações gráficas entre o custo marginal e os custos médios total e variável
- 4 Custos a longo prazo
- 5 Linha de isocusto
- 6 Minimização de custos e maximização da produção
 - 6.1 Produção máxima, dado o custo
 - 6.2 Custo mínimo, dada a produção
 - 6.3 Trajetória ou caminho de expansão

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

7 Estruturas de Mercado

- 1 Introdução
- 2 Objetivo da firma
- 3 Mercado em concorrência perfeita
 - 3.1 Hipóteses do modelo
 - 3.2 Funcionamento do modelo de concorrência perfeita
 - 3.2.1 Curvas de demanda de mercado e da firma individual
 - 3.2.2 Curvas de receita da firma
 - 3.2.3 Curvas de custos
 - 3.2.4 Equilíbrio da firma em concorrência perfeita (a curto prazo)
 - 3.3 Curva de oferta da firma em concorrência perfeita
 - 3.4 Equilíbrio de longo prazo de uma firma em concorrência perfeita
 - 3.5 O conceito de *break-even point*
 - 3.6 Exercícios de concorrência perfeita
- 4 Monopólio
 - 4.1 Hipóteses do modelo
 - 4.2 Funcionamento de um mercado em monopólio
 - 4.2.1 Curva de demanda do monopolista
 - 4.2.2 Curvas de receita média e receita marginal
 - 4.2.3 Relação entre RT e elasticidade-preço da demanda no monopólio
 - 4.2.4 Custos de produção do monopolista
 - 4.3 Equilíbrio de curto prazo de uma empresa monopolista
 - 4.4 Curva de oferta de uma firma monopolista
 - 4.5 Equilíbrio de longo prazo de uma firma monopolista
 - 4.6 Exercício
 - 4.7 Custo social do monopólio
 - 4.8 Modelos de precificação
- 5 Outras estruturas de mercado
 - 5.1 Concorrência monopolística
 - 5.2 Oligopólio
 - 5.2.1 Formas de atuação das empresas oligopolistas
 - 5.2.2 Modelo de *mark-up*
 - 5.3 Estruturas no mercado de insumos e fatores de produção
 - 5.4 Algumas estruturas de mercado particulares
 - 5.4.1 Monopsônio/oligopsônio
 - 5.4.2 Monopólio bilateral
- 6 Desenvolvimentos recentes: teoria dos jogos, economia da informação e teoria da organização industrial
 - 6.1 Teoria dos Jogos
 - 6.2 Economia da Informação
 - 6.3 Organização Industrial
- 7 Índice de concentração econômica
- 8 Síntese das estruturas de mercado

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice matemático

PARTE III – MACROECONOMIA

8 Fundamentos de Teoria e Política Macroeconômica

- 1 Introdução

- 2 Metas de política macroeconômica
 - 2.1 Crescimento da produção e do emprego
 - 2.2 Estabilidade de preços
 - 2.3 Distribuição equitativa de renda
 - 2.4 Equilíbrio externo
- 3 Estrutura da análise macroeconômica
- 4 Instrumentos de política macroeconômica
 - 4.1 Política fiscal
 - 4.2 Política monetária
 - 4.3 Política cambial e comercial
 - 4.4 Política de rendas (controle de preços e salários)

Apêndice: Desenvolvimento da macroeconomia: breve retrospecto

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

9 Contabilidade Social

- 1 Introdução
- 2 Principais agregados macroeconômicos – o fluxo circular de renda
 - 2.1 Economia a dois setores sem formação de capital
 - 2.1.1 Três óticas de mensuração: produto, despesa e renda
 - 2.1.2 Conceito de valor adicionado
 - 2.2 Economia a dois setores, com formação de capital
 - 2.2.1 Conceito de poupança (S)
 - 2.2.2 Conceito de investimento (I)
 - 2.2.3 Conceito de depreciação (D)
 - 2.2.4 Conceitos de investimento bruto e líquido, produto nacional bruto e líquido
 - 2.2.5 A identidade $S = I$ *ex post*
 - 2.3 Economia a três setores: o setor público
 - 2.3.1 Receita fiscal do governo
 - 2.3.2 Gastos do governo
 - 2.3.3 Conceitos de Produto Nacional a preços de mercado e Produto Nacional a custo dos fatores
 - 2.3.4 Conceito de carga tributária bruta e carga tributária líquida
 - 2.4 Economia a quatro setores: o setor externo
 - 2.4.1 Conceitos de exportações (X) e importações (M)
 - 2.4.2 Conceitos de Renda Líquida de Fatores Externos (RLF), Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB)
 - 2.4.3 A fórmula final da Despesa Nacional (DN)
 - 2.4.4 Fluxo circular de renda para uma economia a quatro setores
 - 2.5 Exercício de Contas Nacionais
- 3 Valores reais e valores nominais
- 4 Identidades básicas da contabilidade nacional
- 5 Alguns aspectos conceituais e problemas de mensuração nas estimativas do produto nacional
 - 5.1 Atividades produtivas (econômicas) \times atividades gerais do cotidiano
 - 5.2 Transações que aparecem no mercado, mas excluídas do Produto Nacional
 - 5.3 Atividades que não aparecem no mercado, mas são computadas no Produto Nacional
 - 5.4 Distinção entre produto final e produto intermediário
 - 5.5 Consumo de bens duráveis
 - 5.6 Medição do produto numa economia de planejamento central
 - 5.7 Presença da economia informal

- 5.8 Comparações internacionais: o conceito de dólar *PPP*, 238
- 5.9 Produto Nacional como medida do padrão de bem-estar
- 6 Sistemas de contabilidade social
 - 6.1 O Sistema de Contas Nacionais (versão original)
 - 6.1.1 Conceitos de Poupança do Setor Privado, Renda Disponível do Setor Privado e Renda Disponível do Setor Público
 - 6.2 Noções sobre a matriz insumo-produto
 - 6.3 Contas nacionais no Brasil

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice: Noções sobre números-índices

10 Determinação do Nível de Renda e Produto Nacionais: O Mercado de Bens e Serviços

- 1 Introdução
- 2 Da contabilidade nacional para a teoria econômica
- 3 Modelo keynesiano básico (lado real)
 - 3.1 Curva de demanda agregada de bens e serviços (*DA*)
 - 3.2 Curva de oferta agregada de bens e serviços (*OA*)
 - 3.3 Hipóteses do modelo básico
- 4 Hipóteses sobre o comportamento das variáveis consumo (*C*), poupança (*S*), investimento (*I*), impostos (*T*), gastos do governo (*G*), exportações (*X*) e importações (*M*)
 - 4.1 Função consumo
 - 4.2 Função poupança
 - 4.3 Função investimento
 - 4.4 Função gastos do governo
 - 4.5 Função impostos (ou tributação)
 - 4.6 Função exportação
 - 4.7 Função importação
 - 4.8 Demanda agregada completa
- 5 Equilíbrio agregativo de curto prazo no modelo keynesiano básico
 - 5.1 Determinação do equilíbrio, igualando $OA = DA$ de bens e serviços
 - 5.2 Determinação do equilíbrio, igualando vazamentos com injeções
 - 5.3 Síntese da análise gráfica
- 6 Modelo básico supondo investimentos, impostos e importações induzidos pela renda nacional
- 7 Multiplicador keynesiano de gastos
 - 7.1 Hipóteses de multiplicador
 - 7.2 Determinação do multiplicador no modelo simplificado
- 8 Teorema do orçamento equilibrado (ou teorema de Haavelmo)
- 9 Hiatos inflacionário e recessivo e política fiscal pura
- 10 Função demanda de investimento
 - 10.1 Relação entre investimento e taxas de juros
 - 10.2 Princípio do acelerador

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice: Teorias modernas sobre a função consumo

11 O Lado Monetário da Economia

- 1 Moeda: conceito e funções
- 2 Oferta de moeda
 - 2.1 Conceito e composição dos meios de pagamento

- 2.2 Oferta de moeda pelo Banco Central
- 2.3 Oferta de moeda pelos bancos comerciais
- 3 Demanda de moeda
 - 3.1 Demanda de moeda por motivo de transações
 - 3.2 Demanda de moeda por motivo de precaução
 - 3.3 Demanda de moeda por motivo de especulação (ou motivo portfólio)
 - 3.4 Função demanda de moeda total
- 4 Equilíbrio do lado monetário da economia
 - 4.1 Equilíbrio do lado monetário pela teoria clássica: a teoria quantitativa da moeda
 - 4.2 Equilíbrio do lado monetário na visão keynesiana
- 5 Efeitos da política monetária sobre nível de renda e de preços
 - 5.1 Teoria quantitativa da moeda clássica
 - 5.2 O efeito Keynes
 - 5.3 Eficácia das políticas monetária e fiscal
- 6 A importância da taxa de juros
- 7 Regras, discricionariedade e consistência dinâmica da política monetária

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice: Estrutura do sistema financeiro nacional

12 Interligação entre o Lado Real e o Lado Monetário – Análise IS-LM

- 1 Introdução
- 2 A análise IS-LM: uma visão geral
- 3 Equilíbrio do lado real (mercado de bens e serviços): a curva IS
 - 3.1 Fatores que afetam a inclinação da curva IS
 - 3.2 Fatores que deslocam a curva IS
- 4 Equilíbrio do lado monetário: a curva LM
 - 4.1 Fatores que afetam a inclinação da curva LM
 - 4.2 Fatores que deslocam a curva LM
- 5 Interligação entre o lado real e o lado monetário
 - 5.1 Efeito de alterações na política fiscal sobre o equilíbrio
 - 5.2 Efeito de alterações de política monetária sobre o equilíbrio
- 6 Eficácia da política monetária e da política fiscal
- 7 Eficácia das políticas econômicas e formas da oferta agregada

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

13 Inflação

- 1 Conceito de inflação
- 2 Distorções provocadas por altas taxas de inflação
 - 2.1 Efeito sobre a distribuição de renda
 - 2.2 Efeito sobre o balanço de pagamentos
 - 2.3 Efeito sobre os investimentos empresariais
 - 2.4 Efeito sobre o mercado de capitais
- 3 Causas da inflação
 - 3.1 Inflação de demanda
 - 3.2 Inflação de custos
 - 3.3 Outras causas: inflação inercial, inflação de expectativas e a corrente estruturalista
- 4 Política monetária e inflação: o conceito de núcleo de inflação
- 5 O imposto inflacionário e a senhoriação

6 Inflação e desemprego: a curva de Phillips

7 Inflação no Brasil

Apêndice: O plano real

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

14 O Setor Externo

1 Introdução

2 Fundamentos do comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas

3 Taxa de câmbio

3.1 Conceito

3.2 Regimes cambiais: taxas de câmbio fixas e taxas de câmbio flutuantes (flexíveis)

3.3 Efeito das variações na taxa de câmbio sobre exportações e importações

3.4 Efeito das variações na taxa de câmbio sobre a taxa de inflação

3.5 Variação nominal e variação real do câmbio

3.6 Efeito das variações na taxa de câmbio sobre a dívida externa do país

3.7 Relações entre taxa de câmbio, taxa de juros e inflação

4 Variáveis que afetam as exportações e as importações agregadas

5 Políticas externas

6 Balanço de pagamentos

6.1 Conceito

6.2 Subdivisões

7 Exercícios sobre balanço de pagamentos

8 O balanço de pagamentos no Brasil

9 Organismos financeiros internacionais

10 A internacionalização da economia: globalização produtiva e financeira

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice A: A crise financeira internacional de 2008

Apêndice B: Modelo Mundell-Fleming

15 Política Fiscal e Setor Público

1 Introdução

2 O crescimento da participação do setor público na atividade econômica

3 As funções econômicas do setor público

3.1 Função alocativa

3.2 Função distributiva

3.3 Função estabilizadora

4 Estrutura tributária

4.1 Princípios de tributação

4.2 Efeitos da política tributária sobre a atividade econômica

5 Déficit e dívida pública

5.1 Conceitos de déficit ou superávit público

5.2 Financiamento do déficit

5.3 Sustentabilidade da dívida pública. Equivalência ricardiana

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

16 Noções de Crescimento e Desenvolvimento Econômico

1 Crescimento e desenvolvimento

- 2 Fontes de crescimento
- 3 Financiamento do desenvolvimento econômico
- 4 Modelos de crescimento e desenvolvimento econômico
 - 4.1 Modelo de etapas de crescimento de Rostow
 - 4.2 Modelo Harrod-Domar
 - 4.3 Modelo de Solow

Questões de revisão

Questões de múltipla escolha

Apêndice matemático: A. Dedução da fórmula básica do modelo Harrod-Domar

B. Dedução da fórmula do equilíbrio de estado estacionário (*steady state*) do modelo de Solow

Glossário

PREFÁCIO

Economia Micro e Macro é uma publicação dirigida a estudantes e profissionais interessados em entender as principais questões econômicas de nosso tempo.

Talvez o principal diferencial desta publicação, relativamente às inúmeras já existentes no mercado, seja o estilo mais condensado e direto na apresentação dos conceitos, mas sem deixar de cobrir todos os temas pertinentes a um curso de micro e macroeconomia básicas. O texto está desenvolvido de forma, inclusive, a propiciar o aprendizado ativo e autodidata do leitor.

Os capítulos seguem a sequência tradicional dos cursos de Introdução à Microeconomia e à Macroeconomia ministrados nas principais escolas de Economia. Eles contêm questões de revisão e perguntas com alternativas para serem escolhidas, retiradas de alguns dos principais concursos públicos do país, como Receita Federal, Tesouro Nacional, Banco Central etc., que envolvem a área de Economia. O gabarito das perguntas propostas encontra-se ao final do livro. Nesse sentido, aos professores adotantes, mediante cadastro no *site* da editora (www.EditoraAtlas.com.br), disponibilizamos as resoluções dos exercícios.

Nesta sexta edição foi feita uma revisão completa da edição anterior, sendo mantidas a sequência e a estrutura básica do livro. As modificações mais significativas no texto foram no sentido de torná-lo ainda mais didático, que é certamente a razão fundamental de sua grande aceitação em todo o país, atingindo estudantes e profissionais das mais diversas áreas.

Embora seja um livro cuja característica principal seja a apresentação teórica dos conceitos e modelos econômicos, procuramos trazer alguns exemplos de aplicação. Como este livro costuma ser adotado nos primeiros anos dos cursos de graduação, julgamos interessante já introduzir para os estudantes alguns tópicos que serão vistos mais tarde, ao longo do curso. Nesse sentido, incluímos nesta edição, no tópico sobre inflação no Brasil (Capítulo 13), os fundamentos básicos do Plano Real e sua importância para a estabilidade econômica do país. Nessa mesma linha, apresentamos no Apêndice ao Capítulo 14, Setor Externo, as características da crise financeira internacional de 2008/9, cujo impacto ainda se faz sentir até hoje.

Isto posto, o livro está dividido em três partes, contendo 16 capítulos. A Parte I – Introdução à Economia, contém apenas um capítulo, onde se apresenta o escopo do estudo econômico, e no apêndice um breve retrospecto da evolução da Ciência Econômica.

A Parte II – Microeconomia, tem 6 capítulos. O Capítulo 2 apresenta os conceitos básicos de demanda, oferta e equilíbrio de mercado. No Capítulo 3, desenvolvemos o importante conceito de Elasticidade. No Capítulo 4, apresentamos algumas das principais aplicações da análise microeconômica em políticas públicas, como os efeitos dos impostos, fixação de preços mínimos na agricultura, a questão das externalidades e uma breve discussão sobre bens públicos. Os dois capítulos seguintes contêm a chamada teoria da firma, dividida em produção (Capítulo 5) e custos de produção (Capítulo 6). O Capítulo 7, “Estruturas de mercado”, foi mantido praticamente inalterado, em relação à quinta edição.

A Parte III – Macroeconomia apresenta 9 capítulos. No Capítulo 8, apresentamos os principais fundamentos da teoria e política macroeconômica, discutindo seus principais objetivos e os conflitos que podem se estabelecer na escolha do objetivo, os instrumentos de política econômica e a estrutura básica do estudo macroeconômico. Colocamos em apêndice um breve retrospecto da teoria macroeconômica ao longo do tempo. A seguir, no Capítulo 9, analisamos o ramo da Macroeconomia conhecido como Contabilidade Social, onde são definidos os principais agregados macroeconômicos. A teoria de determinação da renda e do produto nacional encontra-se nos Capítulos 10 (Mercado de bens e serviços), 11 (Lado monetário da economia) e 12 (Interligação entre o lado real e o lado monetário-Análise IS-LM). O Capítulo 13 detalha mais a questão inflacionária sendo que, nesta edição, destacamos a importância do Plano Real. O Capítulo 14 completa o modelo macroeconômico básico, introduzindo o setor externo da economia, tendo sido incluído nesta edição um apêndice sobre a crise financeira internacional de 2008/2009. No Capítulo 15, especificamos um pouco mais o papel da política fiscal e o papel do setor público na atividade econômica. Nesta sexta edição, procuramos tornar mais claros os conceitos de déficit e dívida pública. Finalmente no Capítulo 16, são apresentadas noções fundamentais acerca do crescimento e desenvolvimento econômico. Todos os dados das tabelas da parte de Macroeconomia (Produto Interno Bruto, Balanço de Pagamentos, Agregados Monetários etc.) foram atualizados até

2014.

Este livro é resultado de muitos anos de experiência acadêmica nas seguintes escolas: FEA-USP, Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Instituto Municipal de Ensino de São Caetano do Sul (IMES) (pós-graduação), Fundação Getulio Vargas (mestrado) e nos cursos de MBAs da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe-USP), onde também exerço a atividade de coordenador de cursos de especialização e extensão, e de pesquisas, nas áreas de transportes públicos e previdência social.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos aos professores Amaury Patrick Gremaud, Roberto Guena de Oliveira, Rudinei Toneto Jr., da FEA-USP, *campus* Ribeirão Preto, pelas sugestões e comentários apresentados. Mas gostaria de destacar especialmente a contribuição dos professores Roberto Luiz Troster, ex-professor da PUC de São Paulo, Márcio Bobik Braga, da FEA-USP, *campus* Ribeirão Preto, Ulisses Ruiz de Gamboa, ex-professor da Universidade Mackenzie, todos professores dos MBAs da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), de André Luiz Squarize Chagas, professor da FEA-USP, e Carlos Antonio Luque, também da FEA-USP e da FIPE. Roberto foi coautor comigo do livro *Economia básica*, também da Editora Atlas, que foi praticamente o embrião deste livro, inclusive mantendo a mesma estrutura dos capítulos; Márcio apresentou sugestões valiosas tanto na parte de Micro como na parte de Macroeconomia, e Ulisses ajudou-me, em particular na edição anterior, na revisão e complementação dos tópicos sobre Teoria dos Jogos, Bens Públicos e Setor Externo, além de apresentar preciosos comentários em todo o livro. A partir da quinta edição, incorporei algumas preciosas sugestões do André Chagas, na parte de Microeconomia. Finalmente, beneficiei-me de importantes comentários de Carlos Luque na parte de Macroeconomia.

As alterações processadas nesta edição foram incorporadas às transparências de apoio às aulas dos professores. Nesse aspecto, agradeço a contribuição dos Profs. Roberto Name Ribeiro, da Universidade Paulista (UNIP) de Brasília, e de Francisco Carlos Barbosa dos Santos, professor e pesquisador da FIPE, que elaboraram o material das edições anteriores, e ao ex-aluno da FEA-USP Renato Henrique Pagani dos Santos, que incorporou às transparências as modificações contidas a partir da edição anterior.

Evidentemente, os erros que porventura tenham ocorrido são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço a todos os estudantes que assistiram a nossas aulas, que proporcionaram-me a experiência e a motivação para a elaboração deste livro. Sou grato também a minha secretária, Patrícia Pereira, pelos serviços de digitação.

Finalizo com um agradecimento à minha família, em especial à minha esposa Ana, pela paciência que demonstrou nas inúmeras ocasiões nas quais isolei-me para concluir este trabalho.

O Autor

Parte I

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1 CONCEITO DE ECONOMIA

Etimologicamente, a palavra *economia* vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei). No sentido original, seria a “administração da casa”, que foi generalizada como “administração da coisa pública”.

Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

Assim, trata-se de uma **ciência social**, já que objetiva atender às necessidades humanas. Contudo, depende de restrições físicas, provocadas pela escassez de recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, capital, terra, matérias-primas).

Pode-se dizer que o **objeto de estudo da ciência econômica** é a questão da escassez, ou seja, como “economizar” recursos.

A **escassez** surge em virtude das necessidades humanas ilimitadas e da restrição física de recursos. Afinal, o crescimento populacional renova as necessidades básicas; o contínuo desejo de elevação do padrão de vida (que poderíamos classificar como uma necessidade “social” de melhoria de *status*) e a evolução tecnológica fazem com que surjam “novas” necessidades (computador, *freezer*, celular, DVD etc.). Nenhum país, mesmo os países ricos, é autossuficiente, em termos de disponibilidade de recursos produtivos, para satisfazer a todas as necessidades da população.

Se hipoteticamente não houvesse escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidade de estudarmos questões como inflação, crescimento econômico, déficit no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda etc. Esses problemas provavelmente não existiriam, e obviamente nem a necessidade de se estudar Economia.

2 A QUESTÃO DA ESCASSEZ E OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

Todas as sociedades, qualquer que seja seu tipo de organização econômica ou regime político, são obrigadas a fazer opções, escolhas entre alternativas, uma vez que os recursos não são abundantes. Elas são obrigadas a fazer escolhas sobre O QUE E QUANTO, COMO e PARA QUEM produzir:

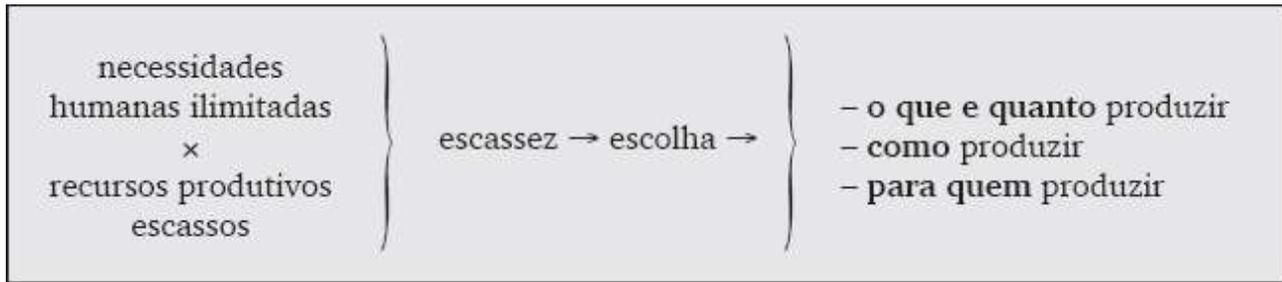
O QUE E QUANTO produzir: a sociedade deve decidir se produz mais bens de consumo ou bens de capital, ou, como num exemplo clássico: quer produzir mais canhões ou mais manteiga? Em que quantidade? Os recursos devem ser dirigidos para a produção de mais bens de consumo, ou bens de capital?

COMO produzir: trata-se de uma questão de eficiência produtiva: serão utilizados métodos de produção capital-intensivos? ou mão de obra-intensivos? ou terra-intensivos? Essa decisão depende da disponibilidade de recursos de cada país.

PARA QUEM produzir: a sociedade deve decidir quais os setores que serão beneficiados na distribuição do produto:

trabalhadores, capitalistas ou proprietários da terra? agricultura ou indústria? mercado interno ou mercado externo? Região Sul ou Norte? Ou seja, trata-se de decidir como será distribuída a renda gerada pela atividade econômica.

Resumindo:



3 A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA – SISTEMAS ECONÔMICOS

Como as sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir? A resposta depende da forma de organização econômica.

Existem duas formas extremas de organização econômica:

- economia de mercado (ou descentralizada);
- economia de planejamento central (ou centralizada).

Na realidade, poderíamos dizer que a organização econômica dos países é realizada a partir de algum sistema intermediário entre essas duas formas, seja privilegiando mais a economia de mercado, ou então alguma forma de intervenção do governo. Mas como o objetivo deste livro é o de apresentar os fundamentos básicos da Teoria Econômica, julgamos ainda pertinente apresentar as características básicas desses dois sistemas.

Neste tópico, vale ressaltar que apresentaremos as principais características de **sistemas econômicos**, ou seja, como as sociedades se organizam do ponto de vista econômico, para organizar seu modo de produção. Ou seja, não se trata de diferenças de **regimes políticos** (democracia, socialismo, comunismo), embora os sistemas de economia de mercado estejam mais associados a regimes democráticos, e os sistemas de planejamento central estejam mais associados a países de regime comunista.

3.1 FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO

As economias de mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

- sistema de concorrência pura (sem interferência do governo);
- sistema de economia mista (com interferência governamental).

3.1.1 Sistema de concorrência pura (mercado perfeitamente competitivo)

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitivo, predomina o *laissez-faire*: milhares de produtores e milhões de consumidores têm condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por uma “**mão invisível**”. Isso sem a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica.

Isso se torna possível mediante o chamado **mecanismo de preços**, que resolve os problemas econômicos fundamentais e promove o equilíbrio nos vários mercados, da seguinte forma:

- se houver **excesso de oferta (ou escassez de demanda)**, formar-se-ão estoques nas empresas, que serão obrigadas a diminuir seus preços para escoar a produção, até que se atinja um preço no qual os estoques estejam satisfatórios. Existirá concorrência entre empresas para vender os bens ao número limitado de consumidores;

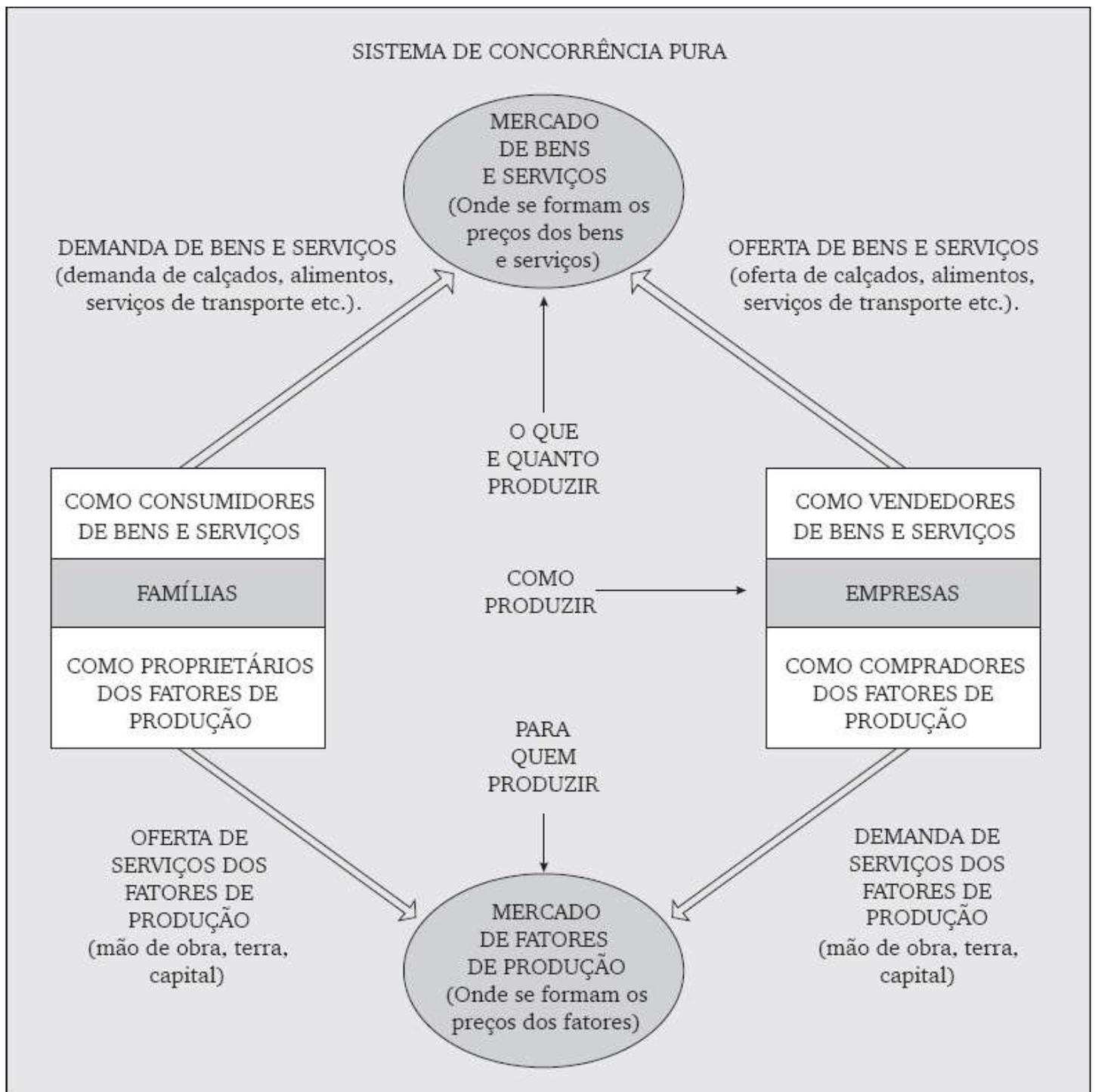
- se houver **excesso de demanda (ou escassez de oferta)**, formar-se-ão filas, com concorrência entre consumidores pelos escassos bens disponíveis. O preço tende a aumentar, até que se atinja um nível de equilíbrio em que as filas não mais existirão.

Os problemas econômicos fundamentais são resolvidos, no sistema de concorrência pura, da seguinte forma:

- **o que e quanto produzir:** os produtores decidirão o que e quanto produzir de acordo com o preço dos bens e serviços. Assim, aquele bem ou serviço cujo preço (rentabilidade) for maior será aquele cuja produção aumentará;
- **como produzir:** é resolvido no âmbito das empresas (trata-se de uma questão de eficiência produtiva); envolve a escolha da tecnologia e recursos adequados, que também é realizada a partir da comparação com os preços de tecnologias e recursos alternativos;
- **para quem produzir:** é decidido no mercado de fatores de produção (pelo encontro da demanda e oferta dos serviços dos fatores de produção). Para quem produzir é uma questão distributiva, ou seja, quem ou quais setores serão beneficiados pelos resultados da atividade produtiva. Essa pergunta também pode ser resolvida pelo sistema de preços. Assim, quem tiver renda suficiente para pagar os preços dos bens e serviços produzidos participará da distribuição.

O diagrama da Figura 1.1 ilustra o que ocorre num sistema de concorrência pura.

Figura 1.1 *Sistema de concorrência pura*



É a base da filosofia do **liberalismo econômico**, que advoga a soberania do mercado, sem intervenção do Estado. Nesse modelo, a política econômica deve preocupar-se apenas em manter a **estabilidade monetária** (o Estado como **guardião da moeda**), e deixar o mercado (leia-se: setor privado) resolver as questões econômicas fundamentais.

IMPERFEIÇÕES DO SISTEMA DE CONCORRÊNCIA PURA

As principais críticas a esse modelo de sistema econômico são as seguintes:

- a. trata-se de uma grande simplificação da realidade;
- b. os preços nem sempre flutuam livremente, ao sabor do mercado, em virtude de fatores como:
 - força dos sindicatos sobre a formação de salários (os salários também são preços, que remuneram os serviços da mão de obra);
 - poder dos monopólios e oligopólios sobre a formação de preços no mercado, não permitindo que a sociedade consuma a quantidade de bens e serviços que deseja;
 - intervenções do governo, via:

- impostos, subsídios, tarifas e preços públicos (água, energia etc.);
 - política salarial (fixação de salário-mínimo, reajustes, prazos de dissídios etc.);
 - fixação de preços mínimos;
 - congelamento e tabelamento de preços;
 - impostos e subsídios;
 - política cambial;
- c. o mercado sozinho não promove perfeita alocação de recursos. A produção e/ou consumo de determinado bem ou serviço pode produzir efeitos colaterais (**externalidades**) positivas ou negativas que não são internalizados nos preços de mercado. Além disso, existem **bens públicos**, como justiça, segurança, defesa nacional etc., que só podem ser oferecidos pelo Estado, dado que os consumidores não revelam sua disposição a pagar. São fatores que distorcem a alocação de recursos a partir do sistema de preços.
- d. o mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda, pois, como vimos, só participa da distribuição do que é produzido aquele indivíduo que possui renda suficiente para pagar o preço de mercado.

São todas críticas pertinentes, que justificam inclusive a atuação do governo para complementar a iniciativa privada e regular alguns mercados, fixar salário-mínimo, preços mínimos na agricultura etc. Entretanto, muitos mercados comportam-se mais ou menos num sistema de concorrência quase pura. Afinal, centenas de milhares de mercadorias são produzidas e consumidas por milhões de pessoas, mais ou menos por sua livre iniciativa e sem uma direção central. O mercado hortifrutigranjeiro, por exemplo, aproxima-se bastante desse modelo.

3.1.2 Sistema de mercado misto: o papel econômico do governo

Por pelo menos 100 anos, do final do século XVIII, com a Revolução Industrial, ao final do século passado, predominava um sistema de mercado muito próximo da concorrência pura. Já a partir do final do século XIX, quando começou a se tornar mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como ao desenvolvimento do mercado de capitais e do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

A ocorrência de uma grande crise econômica, qual seja, a depressão nos anos 30, mostrou que o mercado, sozinho, não garante que a economia opere sempre com pleno emprego de seus recursos, evidenciando a necessidade de uma atuação mais ativa do setor público nos rumos da atividade econômica.

Basicamente, a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas e de promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode dar-se das seguintes formas:

- a) *atuação sobre a formação de preços*, corrigindo externalidades (via impostos e subsídios), tabelamentos, fixação de salário-mínimo, preços mínimos, taxa de câmbio, taxa de juros;
- b) *complemento da iniciativa privada*, principalmente de investimentos em infraestrutura básica (energia, estradas etc.), o qual, eventualmente, o setor privado não tem condições financeiras de assumir, seja pelo elevado montante de recursos necessários, seja em virtude do longo tempo de maturação do investimento, até que venha a propiciar retorno sobre o capital investido;
- c) *fornecimento de serviços públicos*: iluminação, água, saneamento básico etc.;
- d) *fornecimento de bens públicos*: fornecidos pelo Estado, que não são vendidos no mercado;
- e) *compra de bens e serviços do setor privado*: o governo é, isoladamente, o maior agente do sistema e, portanto, o maior comprador de bens e serviços.

3.2 FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE PLANEJAMENTO CENTRAL OU ECONOMIA CENTRALIZADA

No sistema de economia planejada ou centralizada, a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais (ou seja, a escolha da melhor alternativa) é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado.

A propriedade dos recursos (chamados de **meios de produção**, nesses sistemas) é do Estado (ou seja, os recursos são de **propriedade pública**). Os meios de produção incluem máquinas, edifícios, residências, terra, entidades financeiras, matérias-primas. Os **meios de sobrevivência** pertencem aos indivíduos (roupas, carros, televisores etc.). Na economia de mercado, como

vimos, prevalece a propriedade privada dos fatores de produção.

A Agência ou Bureau Central (na antiga URSS, a Gosplan) realiza um inventário dos recursos disponíveis e das necessidades da sociedade, e faz uma seleção das prioridades de produção, isto é, estabelece metas de planejamento (na antiga URSS, os chamados Planos Quinquenais). Esse órgão respeita, em parte, as necessidades do mercado, mas está sujeito às prioridades políticas dos governantes.

Uma economia centralizada apresenta ainda as seguintes características:

- *papel dos preços no processo produtivo*: os preços representam apenas recursos contábeis que permitem o controle da eficiência das empresas. Ou seja, os preços são apenas escriturados contabilmente: as empresas têm quotas físicas de matérias-primas, por exemplo, mas não fazem nenhum desembolso monetário, apenas registram o valor da aquisição como custos de produção;
- *papel dos preços na distribuição do produto*: os preços dos bens de consumo são determinados pelo governo. Normalmente, o governo subsidia fortemente os bens essenciais e taxa os bens considerados supérfluos;
- *repartição do lucro*: uma parte do lucro vai para o governo. Outra parte é usada para investimentos na empresa, dentro das metas estabelecidas pelo governo. A terceira parte é dividida entre os administradores (os burocratas) e os trabalhadores, como prêmio pela eficiência. Se o governo considera que determinada indústria é vital para o país, esse setor será subsidiado, mesmo que apresente ineficiência na produção ou prejuízos.

3.3 SISTEMAS ECONÔMICOS: SÍNTESE

As diferenças entre os sistemas de economia de mercado e economia de planejamento central podem ser resumidas em dois aspectos:

- propriedade pública × propriedade privada dos meios de produção;
- os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir) são resolvidos ou por um órgão central de planejamento, ou pelo mercado.

As economias de mercado tendem a apresentar maior *eficiência alocativa*, em virtude da menor interferência do governo nas decisões de produção e, portanto, na alocação de recursos, permitindo que as forças de mercado estabeleçam as prioridades da sociedade, com grande ênfase na produção de *bens de consumo*. Já o sistema de planejamento central fracassou em grande parte dos países, tanto em melhorar a distribuição da renda como em realizar um atendimento básico da população. Por esse motivo, atualmente, mesmo as economias guiadas por governos comunistas, como China e Rússia, e mesmo Cuba, têm aberto cada vez mais espaço para a atuação da iniciativa privada, ou seja, para uma economia de mercado. Talvez apenas a Coreia do Norte ainda se mantenha dentro de um sistema de planejamento central.

4 CURVA (OU FRONTEIRA) DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO – O CONCEITO DE CUSTOS DE OPORTUNIDADE

Para ilustrar a questão da escassez de recursos e as alternativas que as sociedades dispõem para resolver seus problemas econômicos fundamentais (o que, quanto, como e para quem produzir), a teoria econômica apresenta dois importantes conceitos: curva de possibilidades de produção e custos de oportunidade.

A **Fronteira ou Curva de Possibilidades de Produção (CPP)**, também chamada de **Curva de Transformação**, é a fronteira máxima que a economia pode produzir, dados os recursos produtivos limitados e a tecnologia. Mostra as alternativas de produção da sociedade, supondo os recursos plenamente empregados.

Trata-se de um conceito eminentemente teórico, que permite ilustrar como a limitação de recursos leva à necessidade de a sociedade fazer opções ou escolhas entre alternativas de produção.

Suponhamos que a economia produza apenas dois bens: canhões e manteiga, nos quais são empregados todos os recursos produtivos (mão de obra, capital, terra, matérias-primas, recursos naturais). As alternativas de produção são as seguintes:

ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO

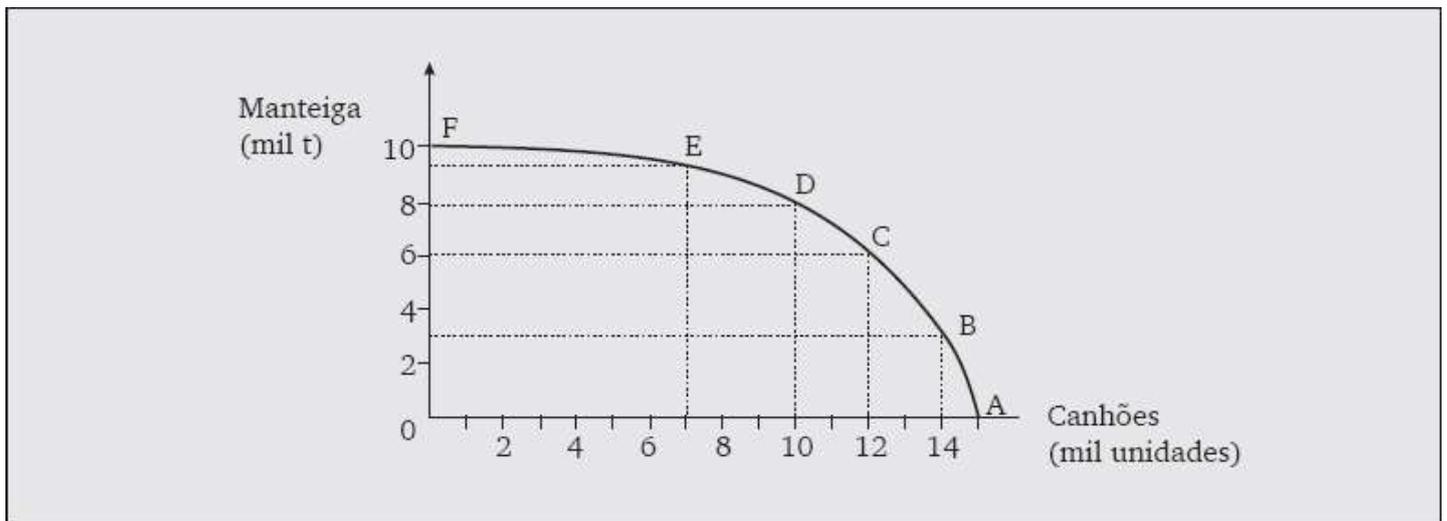
	A	B	C	D	E	F
Manteiga (em mil toneladas)	0	3	6	8	9	10
Canhões (em mil unidades)	15	14	12	10	7	0

Colocando as informações num diagrama, e unindo os pontos, temos a Figura 1.2.

Ou seja, a CPP é o limite máximo de produção, com os recursos de que a sociedade dispõe, num dado momento. Dada a escassez de recursos, a sociedade deve decidir qual ponto da curva escolherá: *A, B, C, D, E* ou *F*. No ponto *A*, decidiu-se alocar todos os recursos na produção de canhões; no ponto *F*, aloca-se tudo para produzir manteiga.

Evidentemente, *pontos além da fronteira* não poderão ser atingidos com os recursos disponíveis. *Pontos internos à curva* representam situações nas quais a economia não está empregando todos os recursos de que dispõe (ou seja, há desemprego de recursos).

Figura 1.2 Curva de Possibilidades de Produção



De qualquer forma, qualquer dos pontos em cima da curva (*A, B, C, D, E, F*) representa um uso igualmente eficiente de todos os recursos, dada a tecnologia.

4.1 CONCEITO DE CUSTOS DE OPORTUNIDADE

Custo de oportunidade é o valor econômico da melhor alternativa sacrificada ao se optar pela produção de um determinado bem ou serviço. Assim, no exemplo anterior:

Custo de oportunidade de passar da alternativa *B* para *C*, para produzir-se mais 3.000 toneladas de manteiga } = 2.000 canhões

ou então:

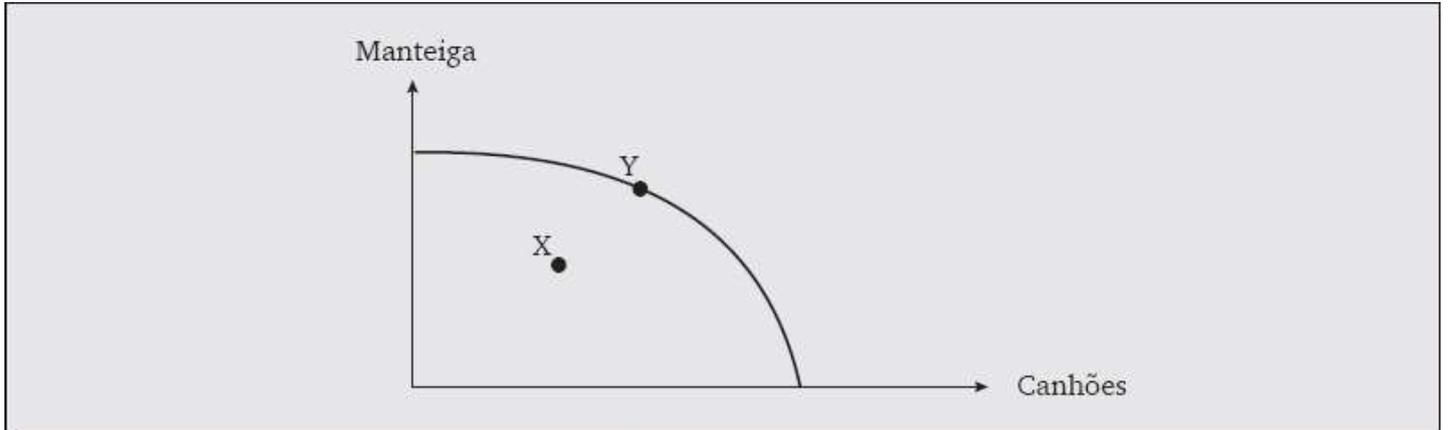
Custo de oportunidade de passar da alternativa *C* para *B*, para produzir-se mais 2.000 canhões } = 3.000 toneladas de manteiga

O custo de oportunidade também é chamado de **custo alternativo** ou, ainda, **custo implícito** (pois não implica dispêndio monetário). Mediante esse conceito, com ampla aplicação na teoria econômica, procura-se mostrar que, dada a escassez de recursos, tudo tem um custo em economia, mesmo não envolvendo dispêndio financeiro. Como coloca o Prêmio Nobel norte-americano Milton Friedman, da Universidade de Chicago, “não existe almoço grátis”.

Esse conceito é aplicado ao nível de pleno emprego, em cima da curva de possibilidades de produção. Para pontos internos

à CPP, os recursos não estão em pleno emprego, e, nesse caso, o custo de oportunidade é zero, pois não é necessário o sacrifício de recursos produtivos para aumentar a produção de um bem, ou mesmo dos dois bens. Assim, no gráfico da Figura 1.3, a sociedade pode passar do ponto X para o ponto Y, aumentando a produção de ambos, já que havia recursos ociosos, na alternativa X:

Figura 1.3 Caso de custo de oportunidade zero



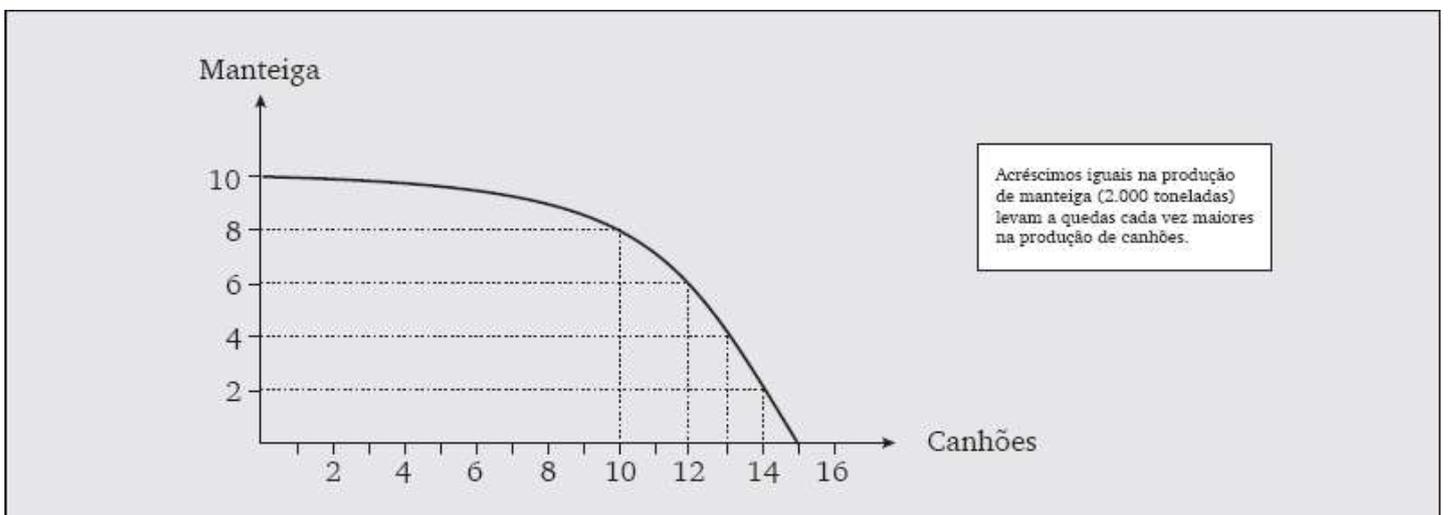
Neste item estamos discutindo o chamado custo de oportunidade por uma ótica social, ou seja, para a sociedade como um todo, de um ponto de vista mais teórico; posteriormente, na parte de Microeconomia, veremos como esse conceito pode ter uma aplicação prática para a avaliação de projetos públicos e privados.

4.2 FORMATO DA CURVA CPP

O que justifica o formato da curva de possibilidades de produção, isto é, por que a CPP é decrescente e côncava em relação à origem? Ela é *decrescente* em virtude do sacrifício que tem de ser feito ao optar-se pela produção de um bem quando os recursos estão plenamente empregados (o aumento da produção de um bem implica a queda da produção do outro, em cima da CPP); e a CPP é *côncava em relação à origem* em virtude da chamada **Lei dos custos crescentes** (também chamada **Lei dos rendimentos decrescentes**): para atrair trabalhadores que estão empregados no setor de manteiga e deslocá-los para canhões, deverão ser oferecidos salários maiores, e vice-versa. Portanto, os custos serão gradativamente crescentes. Os primeiros trabalhadores transferidos, menos especializados e qualificados, não trarão grandes acréscimos nos custos, mas, à medida que forem se transferindo mais trabalhadores de outra atividade, estes terão que ser cada vez mais qualificados, e evidentemente exigirão salários maiores, o que leva a um aumento de custos da atividade que teve sua produção aumentada.

No gráfico da Figura 1.4, supondo acréscimos iguais na produção de manteiga (2.000 toneladas de cada vez), observa-se que o sacrifício da produção de canhões é cada vez maior, o que torna a CPP côncava.

Figura 1.4 Formato da curva de possibilidades de produção



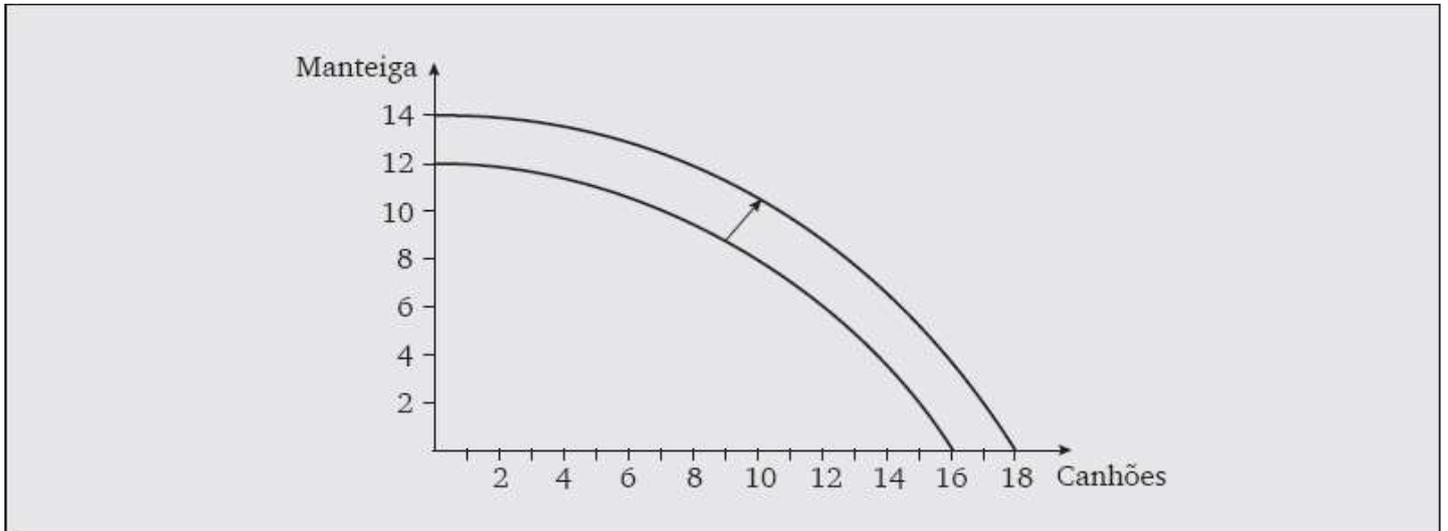
Parece evidente que, teoricamente, se os custos de oportunidade fossem constantes, a CPP seria uma reta decrescente; se os

custos fossem decrescentes (que é apenas uma possibilidade teórica no caso de 2 bens), a CPP seria convexa em relação à origem!

Mudanças na CPP

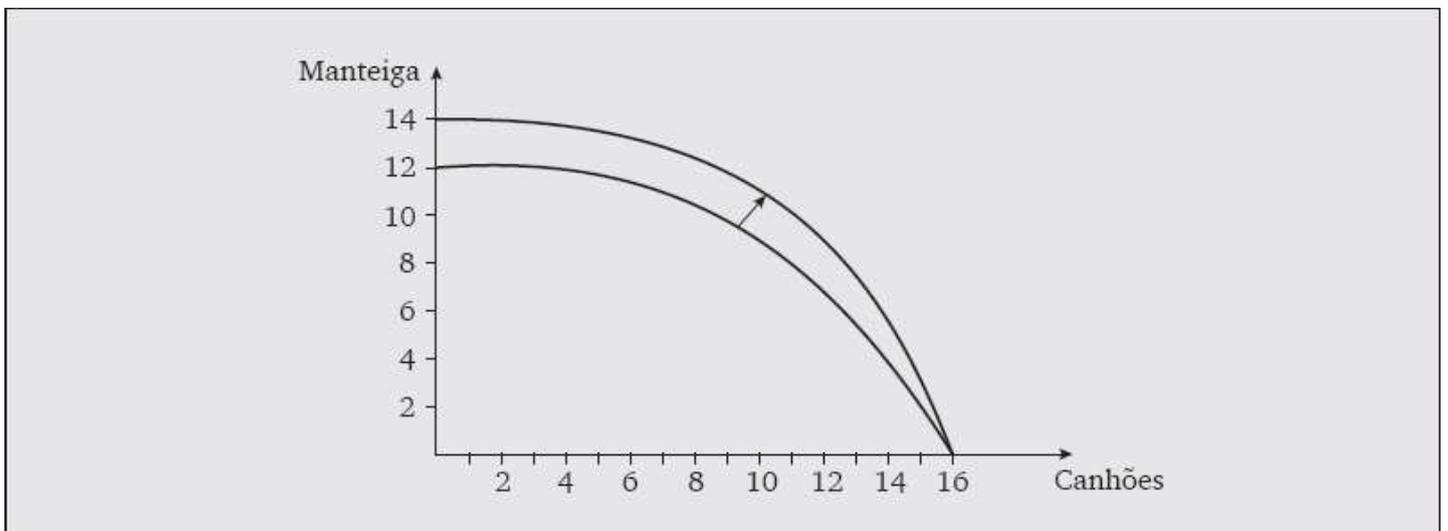
A CPP é um conceito estático, já que se refere aos recursos disponíveis em dado momento do tempo. Evidentemente, se houver aumento na disponibilidade de recursos produtivos, ou desenvolvimento tecnológico (ou seja, métodos que levem à melhoria na eficiência da utilização dos recursos já existentes), a curva desloca-se para a direita, como na Figura 1.5.

Figura 1.5 *Deslocamento da CPP: aumento dos recursos ou melhoria tecnológica nos dois produtos*



Se, por exemplo, ocorrer uma melhoria tecnológica apenas na produção de manteiga, teremos um deslocamento da curva, como na Figura 1.6, pois se irá produzir cada vez mais manteiga, relativamente a canhões, em cada ponto da curva.

Figura 1.6 *Deslocamento da CPP: aumento de recursos ou melhoria tecnológica apenas na produção de manteiga*



5 ANÁLISE POSITIVA E ANÁLISE NORMATIVA

A teoria econômica, como toda teoria, deve respeitar alguns critérios que a tornam aceitável pela comunidade científica, e ser composta de variáveis e hipóteses que ajudam a explicar e a prever alguns fenômenos. A teoria econômica tem apresentado um desenvolvimento ímpar nos últimos dois séculos. As ferramentas de análise têm evoluído grandemente, e muitos de seus conceitos são utilizados em outras áreas. Seu escopo tem aumentado significativamente, dispondo atualmente de recursos que permitem processar uma quantidade de informações e situações inimagináveis há algumas décadas. Apesar de realmente toda a

análise econômica está permeada de questões subjetivas, uma vez que seu objeto de estudo é o próprio sujeito que a estuda, ou seja, o homem, a teoria econômica apresenta alto grau de objetividade.

A teoria econômica utiliza-se de **argumentos positivos** e **argumentos normativos**. Os **argumentos normativos** referem-se às coisas como deveriam ser, contendo um juízo de valor, subjetivo, e os **argumentos positivos** referem-se a proposições objetivas, que pressupõem a capacidade de observar e mensurar o que se afirma, e não contêm juízo de valor. *Os argumentos normativos referem-se ao que deveria ser, e os argumentos positivos ao que efetivamente é.*

Por exemplo, quando dizemos que desejamos uma melhoria na distribuição de renda (argumento normativo), expressamos um juízo de valor em que acreditamos, isto é, se é uma coisa boa ou má. Já os argumentos positivos referem-se à escolha objetiva dos instrumentos de política econômica mais adequados para diminuir a concentração de renda (aumentar salários, combater a inflação, criar empregos etc.), procurando avaliar quais os aspectos positivos e negativos (impacto sobre gastos públicos etc.). A análise positiva ajudará as autoridades econômicas a escolher o instrumento de política econômica mais adequado.

O principal instrumento que a economia utiliza para analisar a realidade são os modelos. Os **modelos** representam proposições objetivas que procuram simplificar a realidade. Os modelos têm que ser logicamente consistentes e podem ser apresentados de muitas formas: verbais, algébricos, por representação gráfica etc. Os modelos procuram captar os aspectos mais relevantes da realidade, buscando captar sua essência. Um exemplo é o modelo macroeconômico apresentado neste livro. Ele é representado por poucas equações. Essas equações resumem alguns aspectos essenciais do comportamento de todos os agentes da sociedade, abstraindo uma infinidade de detalhes.

Como em qualquer ciência, esses modelos podem ser testados. O ramo da economia que está voltado para quantificar os modelos é chamado de **Econometria**, que combina teoria econômica, matemática e estatística. Os modelos também podem ter uma formulação verbal, como, por exemplo, a explicação marxista para a evolução histórica da economia. Nesse caso, utilizam-se exemplos históricos para fundamentar empiricamente a análise econômica.

Como os modelos privilegiam apenas alguns aspectos da realidade, eles podem mostrar-se muito adequados em algumas situações e impróprios em outras. A adequação de modelos à realidade é uma tarefa importante. A teoria econômica avança pelo aprimoramento dos modelos utilizados, seja porque a base econômica muda, seja porque surgem novos problemas econômicos que devem ser resolvidos.

6 A RELAÇÃO DA ECONOMIA COM AS DEMAIS CIÊNCIAS

Neste tópico, procuraremos estabelecer os pontos de contato entre a Teoria Econômica e outras áreas do conhecimento.

Na chamada pré-economia, antes da Revolução Industrial do século XVIII, que corresponde ao período da Idade Média, a atividade econômica era vista como parte integrante da **Filosofia, Moral e Ética**. A Economia era orientada por princípios morais e de justiça. Não existia ainda um estudo sistemático das leis econômicas, predominando princípios como Lei da Usura, o preço justo (discutidos, entre outros filósofos, por São Tomás de Aquino).

Ainda hoje, as encíclicas papais refletem a aplicação da filosofia moral e cristã às relações econômicas entre homens e nações.

O início do estudo sistemático da Economia coincidiu com os grandes avanços na área de **Física e Biologia** nos séculos XVIII e XIX.

A construção do núcleo científico inicial da Economia foi desenvolvida com base nas chamadas concepções organicistas (biológicas) e mecanicistas (físicas). Segundo o **Grupo Organicista**, a Economia se comportaria como um órgão vivo, daí se utilizarem termos como *funções, circulação, fluxos*, na Teoria Econômica. Segundo o **Grupo Mecanicista**, as leis da Economia se comportariam como determinadas leis da Física. Daí advêm os termos *estática, dinâmica, aceleração, velocidade* etc.

Com o passar do tempo, predominou uma **concepção humanística**, que coloca em plano superior os móveis psicológicos da atividade humana. Afinal, a economia repousa sobre os atos humanos, e é por excelência uma **ciência social**, pois objetiva a satisfação das necessidades humanas.

A relação entre a **Economia** e a **Sociologia** é direta, pois a Economia insere-se no campo das ciências sociais, que objetivam a melhoria do bem-estar social, ou seja, das condições socioeconômicas da coletividade. A Sociologia estuda a dinâmica da mobilidade social entre as diversas classes de renda. As políticas econômicas governamentais (políticas salariais,

políticas assistencialistas, gastos com educação etc.) influenciam direta e indiretamente na mobilidade social.

Muitos dos avanços obtidos na Teoria Econômica advieram da pesquisa histórica, pois a **História** facilita a compreensão do presente, e ajuda nas previsões para o futuro, com base nos fatos do passado. As guerras e revoluções, por exemplo, alteraram o comportamento e a evolução da Economia. Contudo, também os fatos econômicos afetam o desenrolar da história. Alguns importantes períodos da história são associados a fatores econômicos, como, por exemplo, o ciclo do ouro e o ciclo do açúcar, na História do Brasil, a Revolução Industrial, a quebra da Bolsa de New York (1929), a crise do petróleo etc., os quais alteraram profundamente a História Mundial. Em última análise, as próprias guerras e revoluções têm por detrás motivações econômicas.

Quanto à relação entre Economia e **Política**, também aqui torna-se difícil estabelecer um nexo de causalidade (causa e efeito) entre essas duas áreas do conhecimento. A Política fixa as instituições sobre as quais se desenvolvem as atividades econômicas. Nesse sentido, a atividade econômica subordina-se à estrutura e ao regime político do país. Entretanto, por outro lado, a estrutura política encontra-se, muitas vezes, subordinada ao poder econômico. Por exemplo, a política do “café com leite”, antes de 1930, quando Minas Gerais e São Paulo dominavam o cenário político do país, o poder dos grandes grupos econômicos, o poder de sindicatos etc.

No que se refere à intercorrência com o **Direito**, as normas jurídicas estão subjacentes à teoria econômica, assim como os problemas econômicos podem modificar o quadro existente de normas jurídicas. Alguns exemplos ilustram essa relação:

- leis de defesa da concorrência, leis antitruste, que atuam sobre as estruturas de mercado, assim como sobre o comportamento das empresas;
- a ação das Agências Reguladoras, que dão os parâmetros de atuação em áreas de infraestrutura básica, petróleo, telefonia, gás etc.;
- a importância da Constituição Federal, onde se determina a competência para a execução de políticas econômicas e se estabelecem os direitos e deveres dos agentes econômicos.

Há também uma grande conexão entre Economia e **Geografia**. A Geografia, além do registro de acidentes geográficos e climáticos, permite avaliar também questões como as condições geoeconômicas dos mercados regionais, a concentração espacial dos fatores produtivos, a localização de empresas, a composição setorial da atividade econômica, muito úteis à análise econômica. Inclusive, algumas áreas de estudo econômico são relacionadas diretamente com a geografia, como a **Economia Regional**, a **Economia Urbana** e a **Teoria da Localização Industrial**.

Finalmente, cabe destacar como a Economia, a **Matemática** e a **Estatística** estão correlacionadas. Apesar de ser uma ciência social, a Economia depende de limitações do meio físico, dado que os recursos são escassos, e ocupa-se de quantidades físicas e relações entre quantidades físicas, como a que se estabelece entre a produção de bens e serviços e os fatores de produção utilizados no processo produtivo.

Daí surge a necessidade da utilização da Matemática e da Estatística, como ferramentas úteis para estabelecer relações entre variáveis econômicas, bem como para previsões econômicas.

A Matemática permite escrever de forma resumida importantes conceitos e relações de Economia, permitindo a análise econômica sob a forma de **modelos** analíticos, com poucas variáveis estratégicas, que resumem os aspectos essenciais da questão em estudo. Tomemos como exemplo uma importante relação econômica, a chamada **função consumo**, que estabelece uma correspondência entre o consumo global da coletividade e a renda nacional, que pode ser representada da seguinte forma:

$$C = f(RN) \text{ e } \frac{\Delta C}{\Delta RN} > 0$$

A primeira expressão diz que o consumo é uma função (f) da Renda Nacional (RN). A segunda informa que, dada uma variação na Renda Nacional (ΔRN), tem-se uma variação diretamente proporcional (na mesma direção) do Consumo Agregado (ΔC).

Para calcular numericamente essa relação, útil para previsões macroeconômicas, é preciso coletar uma série de dados de consumo e de renda nacional, e recorrer ao cálculo estatístico, ou seja, à **Estatística Econômica** e **Econometria**, que é a área da Economia que está voltada para a quantificação de modelos.

Deve ser observado que, em Economia, tratamos com **leis probabilísticas**, não **leis exatas**. Por exemplo, na relação vista anteriormente ($C = f(RN)$), conhecendo o valor da Renda Nacional num dado ano, não se obtém o valor exato do consumo, mas sim uma estimativa, já que o consumo não depende só de renda nacional, mas de outros fatores (condições de crédito, juros, patrimônio etc.). Supõe-se que, para efeito de previsão econômica, a renda nacional seja suficiente para obter-se uma boa

aproximação do consumo esperado da coletividade.

Evidentemente, se a Economia fosse baseada em relações matemáticas, tudo seria previsível. Entretanto, não existe no mundo econômico regularidades como, por exemplo, a de que o comprimento da circunferência é igual a dois pi radianos ($C = 2\pi r$). Na Economia, o átomo aprende, pensa, reage, projeta, finge. Imagine como seria a Física e a Química se o átomo aprendesse: aquelas belas regularidades desapareceriam. Os átomos pensantes logo se agrupariam em classes, para defenderem seus interesses; teríamos uma “Física dos átomos proletários”, “Física dos átomos burgueses” etc.¹

Entretanto, a Economia apresenta muitas regularidades, que podem ser econometricamente identificadas.

Além da relação entre consumo e renda nacional, mostraremos ao longo do livro que há relações estáveis e regulares entre a quantidade demandada de um bem, seu preço e a renda dos consumidores, entre exportações e importações com a taxa de câmbio, e inúmeras outras relações, que podem ser calculadas estatisticamente.

A Matemática e a Estatística são ferramentas de análise necessárias tanto para previsões como para confrontar as proposições teóricas com os dados da realidade. Permitem colocar à prova as hipóteses da Teoria Econômica. São instrumentos das ciências exatas úteis para analisarmos os fatos econômicos, que afetam relações humanas.

7 DIVISÃO DO ESTUDO ECONÔMICO

A teoria econômica representa um só corpo de conhecimento, mas, como os objetivos e métodos de abordagem podem diferir, de acordo com a área de interesse do estudo, costuma-se dividi-la da forma a seguir:

Microeconomia ou Teoria microeconômica: estuda o comportamento das unidades econômicas básicas: consumidores e produtores e o mercado no qual interagem. Preocupa-se com a determinação dos preços e quantidades em mercados específicos.

Macroeconomia ou Teoria macroeconômica: estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços etc., com o objetivo de delinear uma política econômica. Por um lado, tem um enfoque conjuntural, isto é, preocupa-se com a resolução de questões como inflação e desemprego, a curto prazo. Por outro, trata de questões estruturais, de longo prazo, estudando modelos de desenvolvimento que levem à elevação do padrão de vida (bem-estar) da coletividade. Esse enfoque de longo prazo é denominado de **Teoria de Desenvolvimento Econômico**.

O instrumental básico desenvolvido na micro e na macroeconomia permite analisar as grandes questões econômicas de nosso tempo, como, por exemplo, os fluxos comerciais e financeiros entre os países (**Economia Internacional**), as relações entre capital e trabalho (**Economia do Trabalho**), o comportamento dos vários setores de atividade (**Economia Industrial**, **Economia Agrícola**), das várias regiões (**Economia Regional**, **Economia Urbana**), o impacto de fatores, como o meio ambiente (**Economia do Meio Ambiente**) e o desenvolvimento tecnológico (**Economia da Tecnologia**) etc.

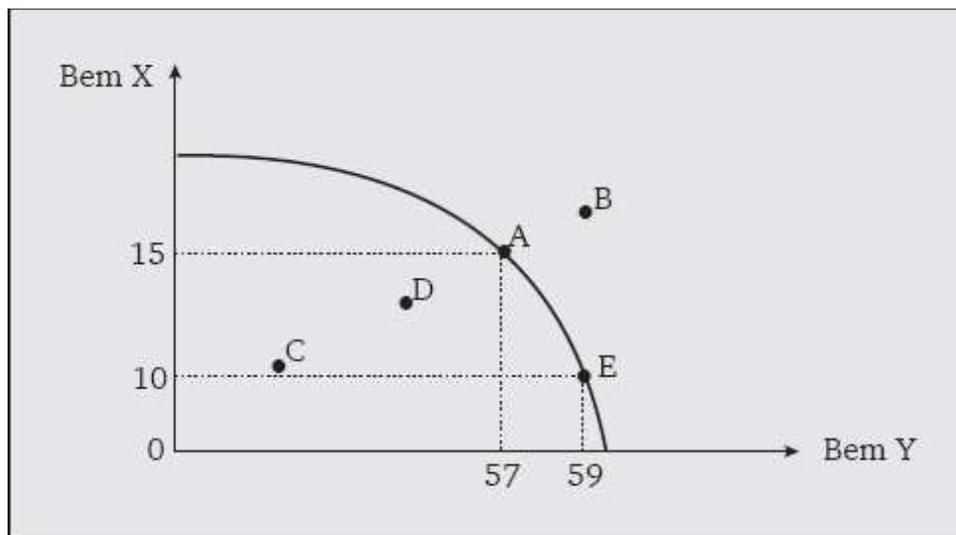
QUESTÕES DE REVISÃO

1. Por que os problemas econômicos fundamentais (o que, como e para quem produzir) originam-se da escassez de recursos produtivos escassos?
2. Quais as principais diferenças entre uma economia de mercado e uma economia centralizada?
3. O que mostra a curva de possibilidades de produção ou curva de transformação?
4. Explique o formato da curva de possibilidades de produção. Qual seria esse formato, se os custos de oportunidade fossem constantes?
5. Explique o que vêm a ser argumentos positivos e argumentos normativos em Economia.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. O problema fundamental com o qual a Economia se preocupa é:
 - a. A pobreza.

- b. O controle dos bens produzidos.
 - c. A escassez.
 - d. A taxaçoão daqueles que recebem toda e qualquer espécie de renda.
 - e. A estrutura de mercado de uma economia.
2. Os problemas econômicos relativos a “o que e quanto”, “como” e “para quem” produzir existem:²
 - a. Apenas nas sociedades de planejamento centralizado.
 - b. Apenas nas sociedades de “livre empresa” ou capitalistas, nas quais o problema da escolha é mais agudo.
 - c. Em todas as sociedades, não importando seu grau de desenvolvimento ou sua forma de organização política.
 - d. Apenas nas sociedades “subdesenvolvidas”, uma vez que desenvolvimento é, em grande parte, enfrentar esses três problemas.
 - e. Todas as respostas anteriores estão corretas.
 3. Em um sistema de livre iniciativa privada, o sistema de preços restabelece a posição de equilíbrio:
 - a. Por meio da concorrência entre compradores, quando houver excesso de oferta.
 - b. Por meio da concorrência entre vendedores, quando houver excesso de demanda.
 - c. Por pressões para baixo e para cima nos preços, tais que acabem, respectivamente, com o excesso de demanda e com o excesso de oferta.
 - d. Por meio de pressões sobre os preços que aumentam a quantidade demandada e diminuem a quantidade ofertada, quando há excesso de oferta, e que aumentam a quantidade ofertada e diminuem a demandada, quando há excesso de demanda.
 - e. Todas as alternativas anteriores são falsas.
 4. A “Curva de Possibilidades de Produção” é utilizada nos manuais de economia para ilustrar um dos problemas fundamentais do sistema econômico: por um lado, os recursos são limitados (escassez) e não podem satisfazer a todas as necessidades ou desejos; por outro, é necessário realizar escolhas. Essa curva, quando construída para dois bens, mostra:
 - a. Os desejos dos indivíduos perante a produção total desses dois bens.
 - b. A quantidade total produzida desses dois bens em função do emprego total da mão de obra.
 - c. A quantidade disponível desses dois bens em função das necessidades dos indivíduos dessa sociedade.
 - d. Quanto se pode produzir dos bens com as quantidades de trabalho, capital e terra existentes e com determinada tecnologia.
 - e. A impossibilidade de atender às necessidades dessa sociedade, visto que os recursos são escassos.
 5. Dada a curva de possibilidades de produção, aponte a alternativa errada:



- a. A economia não pode atingir *B*, com os recursos de que dispõe.
 - b. O custo de oportunidade de passar de *C* para *D* é zero.
 - c. O custo de oportunidade de aumentar a produção de *X* em 5 unidades, a partir do ponto *E*, é igual a 2 unidades de *Y*.
 - d. Nos pontos *C* e *D*, a economia apresenta recursos produtivos desempregados.
 - e. Somente as alternativas *a*, *b* e *d* estão corretas.
6. Assinale a afirmação falsa:

- a. Um modelo simplificado da economia classifica as unidades econômicas em “famílias” e “empresas”, que interagem em dois tipos de mercado: mercados de bens de consumo e serviços e mercado de fatores de produção.
- b. Os serviços dos fatores de produção fluem das famílias para as empresas, enquanto o fluxo contrário, de moeda, destina-se ao pagamento de salários, aluguéis, dividendos e juros.
- c. Os mercados desempenham cinco funções principais: I. estabelecem valores ou preços; II. organizam a produção; III. distribuem a produção; IV. racionam os bens, limitando o consumo à produção; e V. prognosticam o futuro, indicando como manter e expandir a capacidade produtiva.
- d. A curva de possibilidade de produção dos bens X e Y mostra a quantidade mínima de X que deve ser produzida, para um dado nível de produção de Y , utilizando-se plenamente os recursos existentes.
- e. A inclinação da curva de possibilidades de produção dos bens X e Y mostra quantas unidades do bem X podem ser produzidas a mais, mediante uma redução do bem Y .

APÊNDICE: UM BREVE RETROSPECTO DA EVOLUÇÃO DA TEORIA ECONÔMICA

A periodização da história de qualquer teoria depende muito do aspecto que se está privilegiando, bem como tem embutido certo grau de arbitrariedade. Entretanto, existe consenso de que o início da teoria econômica, de forma sistematizada, deu-se no ano de 1776, quando foi publicada a obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*. No período anterior, encontram-se apenas referências ou aspectos parciais de embriões de teoria econômica, embora a preocupação com a economia esteja sempre presente desde tempos remotos.

Na Grécia Antiga, encontramos muitas referências à economia. Destacamos o trabalho de Xenofonte (440-335 a.C.), que, aparentemente, foi quem cunhou o termo economia (“*oikos nomos*”), em seus trabalhos sobre aspectos de administração privada e sobre finanças públicas. A moeda metálica já circulava naquela época e a sociedade grega tinha preocupações políticas e morais muito desenvolvidas. Os dois maiores legados que temos daquela época são os escritos de Platão (427-347 a.C.) e de seu discípulo Aristóteles (384-322 a.C.), nos quais encontramos algumas considerações de ordem econômica.

Roma não deixou nenhum escrito notável na área da economia. Nos séculos seguintes, até a época dos descobrimentos, encontramos poucos trabalhos de destaque, que não apresentam um padrão homogêneo, e estão permeados de questões morais. Um exemplo é a questão da usura, um tema antigo, que discute a moralidade de juros altos, e o que deveria ser um lucro justo.

A partir do século XVI, observamos o nascimento do primeiro conjunto de ideias mais sistematizadas sobre o comportamento econômico: o **mercantilismo**. Apesar de não representar um conjunto homogêneo, o mercantilismo tinha algumas preocupações explícitas sobre a acumulação de riquezas de uma nação. Continha princípios de como fomentar o comércio exterior e entesourar riquezas. O acúmulo de metais adquire grande importância, e aparecem relatos mais elaborados sobre a moeda. Para esses pensadores, a riqueza de uma nação era diretamente proporcional à quantidade de ouro e pedras preciosas que possuía tal nação.

Os clássicos

No século XVIII, uma escola de pensamento francesa, a **fisiocracia**, elaborou alguns trabalhos dignos de destaque. Dividiu a sociedade em classes sociais, e teve a preocupação de justificar os rendimentos da classe proprietária de terras. Diferentemente dos mercantilistas, os fisiocratas consideram a riqueza de um país não medida pelo estoque de metais preciosos, mas por tudo aquilo que era retirado da terra (o chamado “produto líquido”). O trabalho de maior destaque foi o de François Quesnay, um médico da corte de Madame Pompadour. Ele escreveu *Tableau économique*, em que divide a economia em setores, mostrando a inter-relação entre eles. Apesar de o trabalho dos fisiocratas estar permeado de considerações éticas, sua contribuição à análise econômica representou grande avanço.

Além disso, ao enaltecer a relação do homem com a natureza, os fisiocratas não eram partidários da intervenção do Estado na economia, criando o termo “**laissez-faire**”, que posteriormente se converteria no símbolo das ideias liberais.

Adam Smith é o autor da obra considerada como o primeiro tratado de teoria econômica, entendida como um conjunto científico sistematizado, com um corpo teórico próprio. Em 1776, publicou *A riqueza das nações*, um estudo abrangente sobre questões econômicas que englobam desde aspectos monetários e de preços até distribuição do rendimento da terra. Sua contribuição mais conhecida foi a **hipótese da mão invisível**. Para Adam Smith, todos os agentes, em sua busca de lucrar o

máximo, acabam promovendo o bem-estar de toda a comunidade. É como se uma mão invisível orientasse todas as decisões da economia. A defesa do mercado, como regulador das decisões econômicas de uma nação, traria muitos benefícios para a coletividade, independentemente da ação do Estado. É o princípio do **liberalismo**.

Adam Smith ainda tem outra importante contribuição à teoria econômica, ao destacar o papel do trabalho humano como fonte de riqueza, introduzindo a noção de **produtividade** como determinante da riqueza.

O período clássico teve contribuições de economistas notáveis, além de Adam Smith: Thomas Robert Malthus, Jean Baptiste Say, Frédéric Bastiat, James Mill, David Ricardo e John Stuart Mill, entre outros. A economia passa a formar um corpo teórico próprio e a desenvolver um ferramental de análise específico para as questões econômicas. Foram elaborados muitos modelos acerca do funcionamento da economia em geral. A análise de questões monetárias teve um lugar de destaque, e contribuiu para o desenho de algumas instituições econômicas importantes, tais como os Bancos Centrais.

David Ricardo é um dos grandes expoentes desse período. Desenvolveu alguns modelos econômicos com um potencial de análise muito poderoso. Sua análise de distribuição do rendimento da terra foi um trabalho seminal de muitas das ideias do chamado período neoclássico. Basicamente, Ricardo coloca que a distribuição do rendimento da terra é determinada pela produtividade das terras mais pobres, ou marginais.

John Stuart Mill, filho de James Mill, foi o grande sintetizador do pensamento clássico. Seu trabalho foi o principal texto utilizado para o ensino de economia no fim do período clássico e no início do período neoclássico. A obra de John Stuart Mill consolida o exposto por seus antecessores, e avança ao incorporar mais elementos institucionais e ao definir melhor as restrições, vantagens e funcionamento de uma economia de mercado.

A teoria neoclássica

O período neoclássico inicia-se na década de 1870, com as obras de William Stanley Jevons, Carl Menger e León Walras, e depois desenvolvidas por seus seguidores, como Eugen Böhm-Bawerk, Joseph Alois Schumpeter, Vilfredo Pareto, Arthur C. Pigou e Francis Edgeworth. Neste período, privilegiam-se os aspectos microeconômicos da teoria, pois a crença na economia de mercado fez com que não se preocupasse tanto com a política e o planejamento macroeconômicos.

A obra de maior repercussão dessa época foi *Princípios de economia*, de Alfred Marshall, publicada pela primeira vez em 1890, e que serviu como livro-texto básico até as primeiras décadas do século XX.

Nesse período, a formalização da análise econômica evoluiu muito. O comportamento do consumidor foi analisado em profundidade. O desejo do consumidor de maximizar sua utilidade (satisfação no consumo) e do produtor em maximizar o lucro são a base para a elaboração de um sofisticado aparato teórico. Por meio do estudo de funções ou curvas de utilidade e de produção, considerando restrições de fatores e restrições orçamentárias, é possível deduzir o equilíbrio de mercado. Como o resultado depende basicamente dos conceitos marginais (receita marginal, custo marginal etc.), a teoria neoclássica é também chamada de **teoria marginalista**.

A análise marginalista é muito rica e variada. Alguns economistas privilegiaram alguns aspectos como a interação de muitos mercados simultaneamente – o equilíbrio geral de Walras é um caso –, outros privilegiaram aspectos de equilíbrio parcial, usando um instrumental gráfico – a Caixa de Edgeworth, por exemplo.

Apesar de questões microeconômicas ocuparem o centro das atenções, houve paralelamente uma produção rica em outros aspectos da teoria econômica, como a teoria do desenvolvimento econômico, de Joseph Alois Schumpeter, a teoria do capital e dos juros, de Eugen Böhm-Bawerk. Observou-se ainda um desenvolvimento da análise monetária, com a discussão sobre a **teoria quantitativa da moeda**. Enquanto a abordagem microeconômica dos marginalistas preocupava-se com as estruturas e os preços relativos dos mercados específicos, na área macroeconômica procuram-se respostas para a determinação do nível geral de preços, interligando o real e monetário da economia, por meio da teoria quantitativa da moeda. Alguns outros autores, como o economista sueco Knut Wicksell, também analisaram os mecanismos de interligação entre os dois setores.

A teoria keynesiana

A teoria keynesiana iniciou-se com a publicação de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de John Maynard Keynes, na Páscoa de 1936. Muitos autores descrevem que a partir daí iniciou-se a Revolução Keynesiana, tamanho o impacto da obra, e Keynes seria o pai da moderna macroeconomia.

John Maynard Keynes era um economista de destaque, que ocupava a cátedra que havia sido de Alfred Marshall na Universidade de Cambridge. Embora fosse um acadêmico respeitado, Keynes tinha preocupações com as implicações práticas da teoria econômica.

Para entender o impacto da obra de Keynes, é necessário considerar a época. A economia mundial atravessava, em 1930, uma recessão prolongada (depressão), e a teoria econômica vigente acreditava que se tratava de um problema temporário, apesar de a crise estar durando alguns anos. Predominavam o liberalismo e a crença de que o mercado sozinho permitiria recuperar o nível de atividade e emprego. A *Teoria geral* procurou então mostrar por que a combinação das políticas econômicas adotadas não funcionava adequadamente, e apontou para soluções que poderiam tirar o mundo da recessão. As prescrições apontadas, baseadas na maior intervenção do Estado na condução da economia, via gasto público, foram implementadas, e o resultado obtido aumentou de maneira meteórica as possibilidades da utilização da teoria econômica, para ajudar de maneira efetiva a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Destaque-se a obra de Alvin Hansen e John Richard Hicks, que realizaram uma síntese entre o modelo neoclássico e o modelo keynesiano, por meio da chamada Análise IS-LM (*Investment Saving – Liquidity Money*), ao final dos anos 40.

A teoria keynesiana foi rica em contribuições para todos os campos da economia, bem como para a ampliação dos horizontes de estudo.

Nos anos seguintes, houve um desenvolvimento muito grande da teoria econômica, com a incorporação do ferramental estatístico e matemático, que ajudou a formalizar ainda mais a ciência econômica.

Abordagens alternativas

A teoria econômica tem tido muitas críticas e abordagens alternativas, que fogem do denominado *mainstream*, ou corrente principal. Muitas das críticas foram e são absorvidas, e algumas abordagens alternativas foram e são incorporadas. O espectro dessas abordagens é muito amplo e disperso e, evidentemente, é muito heterogêneo. Destacamos a contribuição dos marxistas e dos institucionalistas e alguns desenvolvimentos relativamente recentes na área de organização industrial e da macroeconomia.

Os **marxistas** têm como pilar de seu trabalho a obra de Karl Marx, um economista alemão que desenvolveu quase todo seu trabalho com Friedrich Engels, na Inglaterra, na segunda metade do século passado. O marxismo desenvolve uma **teoria de valor – trabalho** e consegue analisar muitos aspectos da economia com seu referencial teórico. Um exemplo é a abordagem marxista da história. A apropriação do excedente produtivo pode explicar o processo de acumulação e a evolução das relações entre classes sociais. Karl Marx enfatizou muito o aspecto político em seu trabalho, que teve impacto ímpar não só na ciência econômica, como também em outras áreas do conhecimento.

As contribuições dos marxistas para a teoria econômica foram muitas e variadas. Entretanto, a maioria ocorreu à margem dos grandes centros de estudos ocidentais, por razões políticas e também pelo desenvolvimento da teoria microeconômica de determinação dos preços. Consequentemente, a produção teórica foi pouco divulgada. Um exemplo é o trabalho de Mikail Kalecki, um economista polonês que antecipou uma análise parecida com a da Teoria Geral de John Maynard Keynes. Contudo, o reconhecimento de seu trabalho inovador só ocorreu muito tempo depois.

Os **institucionalistas**, que têm como grandes expoentes os americanos Thorstein Veblen e John Kenneth Galbraith, dirigem suas críticas ao alto grau de abstração da teoria econômica e ao fato de ela não incorporar em sua análise as instituições sociais, daí o nome de institucionalistas.

No campo da microeconomia, as correntes alternativas podem ser associadas às **teorias de organização industrial**, que consideram que as hipóteses da microeconomia tradicional, como empresa tomadora de preços, maximização de lucros, concorrência perfeita e racionalidade dos agentes, dificilmente caracterizam o mundo econômico real.

Isso seria particularmente verdadeiro no estudo de mercados em concorrência imperfeita, pois empresas de grande porte não são tomadoras de preços no mercado, mas têm poder para determinar seu preço, observando apenas seus custos de produção, sobre os quais colocam uma margem denominada **mark up**.

A contribuição das abordagens alternativas tem sido fundamental para corrigir as falhas existentes na teoria tradicional, bem como para apontar novos caminhos para a evolução da ciência econômica.

Desdobramentos recentes

O debate sobre aspectos do trabalho de Keynes dura até hoje, destacando-se quatro grupos: os novos clássicos, os economistas do lado da oferta, os novos keynesianos e os pós-keynesianos. Apesar de nenhum dos grupos ter um pensamento homogêneo e todos terem pequenas divergências, é possível fazer algumas generalizações.

Os **novos clássicos** estão associados principalmente à Universidade de Chicago, e têm como economistas de maior destaque Thomas Sargent e Robert Lucas. De maneira geral, seguem o **monetarismo**, ao privilegiar o controle da moeda e um

baixo grau de intervencionismo do Estado. Contudo, a grande diferença com o modelo monetarista é a suposição de que os agentes formam **expectativas racionais**. Isso quer dizer que os indivíduos são capazes de aprender da experiência, o que pode permitir que, em certos casos, sejam capazes de antecipar as alterações de política monetária, anulando seus impactos negativos.

Os **novos keynesianos** têm seu maior expoente em James Tobin, da Universidade de Yale. De maneira geral, recomendam o uso de políticas fiscais ativas e maior grau de intervenção do Governo, em virtude da rigidez em alguns pontos do sistema econômico, que impediriam que o mercado se autorregulasse, amplificando os efeitos das flutuações da atividade econômica.

Os **pós-keynesianos** têm um trabalho que explora outras implicações da obra de Keynes, enfatizando o papel da moeda e da especulação financeira, e pode-se associar a este grupo a economista Joan Robinson, que era muito ligada a John Maynard Keynes. Na realidade, os pós-keynesianos retornam à obra básica de Keynes, pois julgam que a interpretação que foi dada com base na sistematização da Análise IS-LM não é a leitura correta de Keynes, em particular no tocante à questão da incerteza, pouco enfatizada naquela análise.

Os **economistas do lado da oferta**, ou da **teoria dos ciclos econômicos reais**, entre os quais se destaca o ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2004, Edward Prescott, enfatizam o papel dos choques de oferta na explicação das flutuações econômicas.

No fundo, o debate na área macroeconômica, em sua essência, não difere muito daquele inaugurado, praticamente, por Keynes, sobre a necessidade ou não da intervenção do governo na economia, ou seja, se o sistema capitalista pode ou não ser autorregulável.

No campo da microeconomia, os desenvolvimentos teóricos vêm-se dando em duas vertentes, ambas procurando aproximá-la da economia real dos mercados. Por um lado, uma continuidade da linha tradicional neoclássica, na área de **Teoria dos Jogos e Economia da Informação**, onde, diferentemente do modelo tradicional de concorrência perfeita, em que as empresas são tomadoras de preço no mercado, a firma pode afetar variáveis relevantes para sua decisão, e tem um comportamento mais estratégico. Por outro lado, numa direção mais crítica dos pressupostos da teoria tradicional, há as **teorias de organização industrial**, que, como já observamos, contestam a hipótese de que as empresas são tomadoras de preços e que maximizam lucros, pilares do modelo neoclássico.

O período mais recente está marcado por três características principais. Em primeiro lugar, existe consciência maior das limitações e possibilidades de aplicações da teoria. O segundo ponto é o avanço no conteúdo empírico da economia. Finalmente, observamos avanço e consolidação das contribuições dos períodos anteriores.

O desenvolvimento da informática permitiu um processamento de informações em volumes e precisão sem precedentes. A teoria econômica passou a ter um conteúdo empírico que lhe conferiu uma aplicação prática maior. Hoje, é possível acessar de qualquer ponto do planeta uma infinidade de bancos de dados, que são atualizados constantemente. Por um lado, isso permite um aprimoramento constante da teoria existente e, por outro, abre novas frentes importantes.

Todo o corpo teórico da economia avançou consideravelmente. Hoje, a análise econômica engloba quase todos os aspectos da vida humana, e o impacto desses estudos na melhoria do padrão de vida e do bem-estar de nossa sociedade é considerável. O controle e o planejamento macroeconômico permitem antecipar muitos problemas e evitar algumas flutuações desnecessárias.

A teoria econômica tem avançado em muitas frentes. Um exemplo é a área de finanças empresariais. Até alguns anos atrás, a teoria de finanças era basicamente descritiva, com baixo conteúdo empírico. A incorporação de algumas técnicas econométricas, conceitos de equilíbrio de mercados e hipóteses sobre o comportamento dos agentes econômicos revolucionaram a teoria de finanças. Essa revolução se refletiu também nos mercados financeiros, com a explosão dos chamados mercados futuros e de derivativos.

¹ Extraído de DELFIM NETTO, A. *Moscou, Friburg, Brasília*. Rio de Janeiro: Top books, 1994.

² Muitos autores omitem a questão de *quanto* produzir, a qual supõem implícita na decisão de *o que* produzir.